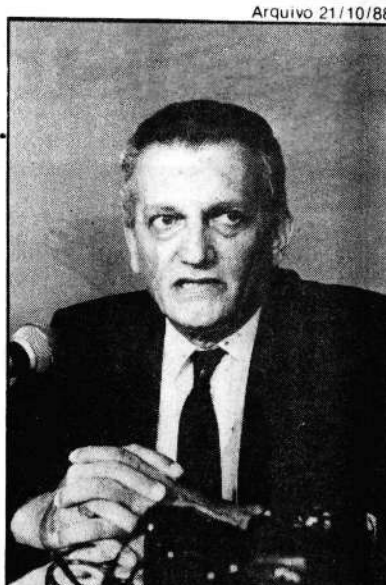
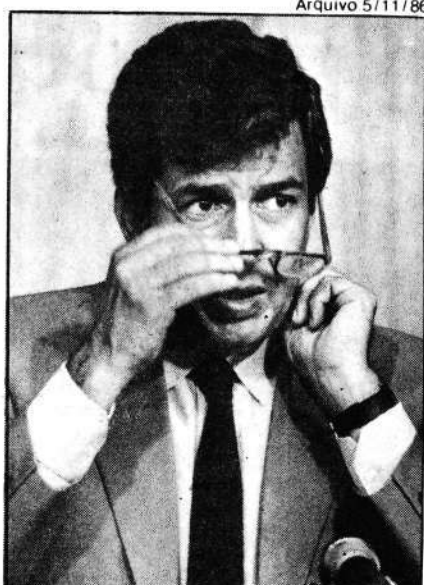


Arquivo 1/9/87

Arquivo 5/11/86

Arquivo 21/10/88

Arquivo 13/7/87



Archer, Pazzianotto, Furtado e Henrique são os ministros que estão recebendo pressões dos governistas para serem demitidos agora

## Ministros ulyssistas continuarão no Governo

Rubem de Azevedo Lima

Nenhum dos quatro ministros do PMDB, ligados ao presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães — Renato Archer (Previdência),



Luís Henrique (Ciência e Tecnologia), Celso Furtado (Cultura) e Almir Pazzianotto (Trabalho) — será demitido pelo presidente José Sarney, em consequência da aprovação do presidencialismo e do mandato presidencial de cinco anos, na Assembléia Nacional Constituinte.

Essa informação foi transmitida ao repórter do JBr por uma daquelas autoridades. Segundo o informante, os rumores da demissão daqueles ministros cresceram em consequência de declarações atribuídas ao secretário de Imprensa do presidente José Sarney, atual governador de Fernando de Noronha, Fernando César Mesquita, em favor da reforma ministerial.

Fernando César, depois de avistar-se pessoalmente com Sarney, após a apuração das preferências da Assembléia em favor do presidencialismo e do mandato de cinco anos, no corpo permanente da nova Carta, procurou os ministros peemdebistas mais ligados a Ulysses Guimarães, a fim de lhes explicar que suas declarações sobre reforma no Ministério tinham sido distorcidas. Na verdade — conforme revelou — ao falar em reforma,

não defendeu a substituição de nenhum ministro por motivo político ou não, mas apenas preconizou mudanças na administração pública.

Por sinal, Luís Henrique e Renato Archer almoçaram, ontem com o deputado Ulysses Guimarães e em momento nenhum se cogitou na renúncia a pastas ministeriais. Ulysses e os dois ministros — conforme esclareceram políticos que lhes são ligados — estavam tranquilos, apesar do fato de que a maioria das interpretações políticas sobre a aprovação do presidencialismo e do mandato presidencial de cinco anos era vista como derrota do dirigente do PMDB.

### Vender caro

Aparentemente, os ministros ulyssistas procurarão preservar seus cargos, que representam — segundo admitiu um dos ministros — «os melhores e mais justificáveis interesses políticos e estratégicos do PMDB».

A substituição de qualquer desses ministros, na hipótese de se consumir, terá de ser promovida pelo próprio presidente Sarney e ao preço político o mais elevado possível, como, por exemplo, o de fazer reverter as posições dos constituintes governistas (ligados a Ulysses e pertencentes ao PMDB), que ajudaram a aprovar o presidencialismo e o mandato de cinco anos, em caráter permanente.

Excluídos os presidencialistas do PDT e do PT — que totalizam 42 votos — a vitória da tese dos cinco anos se deu por apenas 22 votos acima do quorum de deliberações na Constituinte. Assim, se houver evasões no grupo cinco-anista, pode acontecer que no

ato das Disposições Transitórias vingue a proposta de quatro anos de mandato para Sarney.

Um amigo pessoal do chefe do Governo revelou ao repórter do JBr que o presidente Sarney, em tom descontraído, após verificar a larga margem de vantagem com que a Constituinte havia aprovado o mandato de cinco anos, para os futuros governantes, fez um comentário bastante significativo. Segundo o informante, Sarney mostrou-se arrependido do segundo discurso que fez, no qual abriu mão de um ano de seu mandato. No primeiro discurso, em que admitiu governar apenas por quatro anos, foi possível evoluir para o segundo, mas disse — na opinião do informante — o chefe de Governo acha que não há mais como reparar o erro de subestimação do poder de influência do Palácio do Planalto, sobre a Constituinte.

Apesar disso, o deputado Daso Coimbra, do PMDB do Rio, um dos coordenadores do Centrão, revelou a existência de um grupo de constituintes disposto, agora, a lutar pelo mandato de seis anos para Sarney. Um dos articuladores da proposta seis-anista dizia que a rejeição do mandato de quatro anos para Sarney resultará do «medo do buraco verde» (isto é, por temor dos chamados «verdes» — o Exército — como diz o ex-governador Leonel Brizola, do Rio). Já os seis anos poderão ser a consequência do «buraco negro», isto é, da falta de norma específica, na nova Constituição, sobre a duração do mandato de Sarney. Nesse caso, os seis-anistas acham que deverá prevalecer o mandato de seis anos, para o qual foi eleito Sarney, em 1985.

## Sarney quer evitar as retaliações

Substituições no segundo escalão e início da reforma administrativa. Esta é a primeira decisão tomada pelo presidente José Sarney diante do novo quadro de forças políticas, resultado da aprovação das teses defendidas pelo Governo quanto ao mandato e sistema de Governo. Sarney, entretanto, repele as pressões dos conselheiros que querem adotar a política do «olho por olho, dente por dente».

Satisfeito e com um largo sorriso, Sarney resumiu seu estado de espírito após a votação com uma frase: «Esse não é um momento para raivas», disse o Presidente na noite de anteontem, na biblioteca do Palácio da Alvorada, ao tomar conhecimento da relação nominal dos votantes.

Sarney resiste ao processo de retaliação e não quer substituir os chamados ministros «de Ulysses»: Celso Furtado, Luís Henrique e Renato Archer. Por razões distintas, o Presidente pretende mantê-los, mas não fará esforços em preservar nenhum deles desde que estes se sintam constrangidos em permanecer no Governo. E, nas próximas duas semanas, o Presidente pretende apenas refletir a nova situação para depois, então, iniciar as mudanças no segundo escalão. Sarney não quer provocar novos traumas e acredita que este é o momento ideal para novas bases de entendimento.

### Pressões

Apesar do espírito desarmado, o Presidente começou a sofrer as pressões para as mudanças. E ele tem consciência de que sua resistência terá um limite porque há necessidade de reorganizar a sua nova base política, substituindo os «infiéis ao Governo» e que se encontram em postos e cargos importantes.

Já a substituição de ministros é mais delicada. O ministro Celso Furtado, na opinião do Presidente, dá status ao Governo por ser um homem reconhecido pela comunidade intelectual. Além disso, Sarney mantém um profundo respeito por seu ministro da Cultura. No caso de Renato Archer, além de sua profunda ligação com Ulysses Guimarães, há a questão regional. Maranhense, seu afastamento seria mal recebido pela bancada do Estado e poderia alterar os rumos da campanha pela prefeitura de São Luís. Quanto ao ministro Luís Henrique, Sarney não tem dúvidas quanto à lealdade do seu ministro da Ciência e Tecnologia. São estes os três ministros que estão sob a mira das pressões dos conselheiros de Sarney.

Sarney acredita também que o resultado da votação sobre mandato, não será alterado quando os constituintes forem decidir as disposições transitórias. Com isso, o Presidente espera o retorno de alguns políticos que há 13 meses começaram a se afastar do Palácio do Planalto, dificultando as relações entre o Legislativo e o Executivo. Mudando o entendimento, o Presidente espera também não ter necessidade de promover a reforma ministerial.

De qualquer forma, a pretendida mudança de ministros não ocorrerá antes de maio. Sarney quer preservar a sua vantagem na Assembléia Nacional Constituinte e acredita que ela reflete o pensamento «consciente» dos parlamentares. Com isso, o Presidente — ao lado de Thales Ramalho — começa a criar a nova sustentação partidária mas, ainda, sem uma nova sigla para abrigar os governistas. «As regras do jogo estão definidas», disse o Presidente e, assim, «fica mais fácil trabalhar». (Memélia Moreira)

## Para o deputado, questão não é dele

«Isso é assunto do Governo e eu não costumo falar de assuntos que não são meus, eu sou do legislativo, sou o presidente da Constituinte», enfatizou ontem Ulysses Guimarães, afastando a possibilidade de comentar mudanças que o Governo possa efetuar na administração pública depois de sair fortalecido pela aprovação do presidencialismo. Ulysses negou-se a comentar a hipótese de uma reforma ministerial atingir os ministros do PMDB. «Mesmo que os ministros sejam do partido, a escolha foi livre e independente do presidente Sarney», afirmou.

Ulysses afastou a hipótese de que os ministros da Ciência e Tecnologia, Luís Henrique, da Cultura, Celso Furtado, e da Previdência Social, Renato Archer, estivessem ontem, prontos para deixar o cargo à disposição do Governo. «Não é nada disso, e a escolha deles não foi de indicação do PMDB», argumentou. Ulysses disse, ainda, que o presidente Sarney é responsável pelo ministério, tendo plena liberdade para nomear e demitir ministros. Por este motivo, recomendava aos jornalistas que procurassem o Presidente da República para saber sobre mudanças.

«Eu não sei de nada, perguntem a ele», repetia.

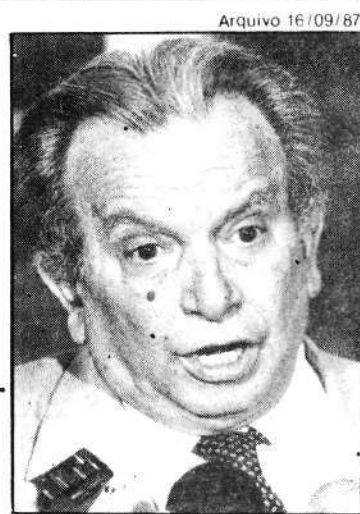
Ele afirmou que sua intenção, agora, é promulgar o mais rápido possível a Constituição. Ulysses disse que reunirá as lideranças partidárias para elaboração de estratégias que agilizem as votações. «Se houver condições, nesse mês e meio poderemos ter a Constituição promulgada», argumentou. Dentre as propostas que apresentará aos líderes, constam a de realizações de sessões da Constituinte também pela manhã e a utilização com maior frequência das sessões aos finais de semana.

## Reforma sofre adiamento

Mais uma vez, a reforma ministerial foi adiada. Na noite de terça-feira, o ministro Renato Archer, da Previdência Social, manifestou novamente a disposição de deixar o Governo. Na manhã de ontem, as informações divulgadas pela imprensa e fornecidas pelo novo esquema político governamental, reforçaram essa intenção. O presidente José Sarney fez questão, então, de comparecer ao embarque de Dona Mora Guimarães na Base Aérea de Brasília, num lance de aparente reaproximação com o deputado Ulysses Guimarães. Mais tarde, na residência do ministro da Ciência e Tecnologia, os ministros Luís Henrique, Renato Archer e Celso Furtado acertaram com o próprio Ulysses a permanência por enquanto no Governo. Durante o almoço, eles receberam um telefonema do Planalto transmitindo um recado de Sarney: o Presidente da República não estava pensando em demiti-los dos cargos, apesar das pressões neste sentido.

A tarde, na Constituinte, as opiniões se dividiram no PMDB. Vários parlamentares irritados com os resultados das votações que aprovaram o presidencialismo e o mandato presidencial de cinco anos defendiam a saída do Governo dos ministros identificados com o partido. Mas outros consideravam isto precipitado. O deputado Cid Carvalho, do PMDB do Maranhão, ligado a Archer, foi um dos que mais se empenharam para demover o ministro da Previdência de pedir demissão.

Entre os parlamentares que comandaram, no plenário da Constituinte, a vitória do Governo, a pressão é grande para mudanças no Ministério. O alvo



Deputado Cid Carvalho (MA)

principal é Renato Archer. O deputado José Lourenço, líder do PFL na Constituinte, e o ministro Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações, trabalham ativamente para derrubá-lo. Já o deputado Carlos Sant'Anna, líder do Governo, é contra mudanças precipitadas e pede um tempo maior para «reflexão».

No Congresso Nacional, os setores mais progressistas do PMDB, que se dividem entre deixar logo o partido ou tentar conquistar sua hegemonia em uma Convenção Nacional, há um receio de que os ministros Renato Archer, Luís Henrique, Celso Furtado e Almir Pazzianotto acabem sendo confundidos com o fisiologismo do Governo. Vários parlamentares diziam, ontem, que a vitória do Planalto teve um custo alto e temem que sejam cobrados favores e cargos nos diversos ministérios, especialmente na Previdência Social, o que seria um desgaste a mais para o PMDB.

Arquivo 16/09/87